

A OPERAÇÃO DOM BOSCO

Jarbas Silva Marques¹

Em 3 de maio do corrente, ocorre o cinquentenário da Operação Dom Bosco, manobra política criada pelos mudancistas goianos Germano Roriz e Segismundo de Araújo Melo e pelo governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, para assegurar a construção da capital federal no Planalto Central Brasileiro, como determinava o artigo 3º da primeira Constituição da República em 1891.

Apesar de toda a Operação Dom Bosco estar elucidada pelo historiador brasileiro Lourenço Fernando Tamanini, com depoimentos e documentos inquestionáveis, o governo do Distrito Federal, as academias literárias, as instituições históricas, o comércio, a indústria e a imprensa mantêm como verdadeira uma predição que Dom Bosco não fez.

No sonho, o educador italiano – posteriormente santificado pela Igreja Católica – jamais falou sobre a nova “capital federal no Planalto Central do Brasil”, mas sim, “quando se vierem escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”.

A predição-sonho situava a “terra prometida” entre os paralelos 15 e 20, próximos de onde os mapas seiscentistas do colonialismos português e espanhol situavam a Lagoa Dourada e o Eldorado, procurados pelos bandeirantes e outros soldados da fortuna por mais de dois séculos e que podem ser vistos e pesquisados no Museu das Bandeiras em São Paulo.

Antecedentes

Antes que cheguemos a relatar o que foi a manobra dos mudancistas goianos, deslindada por Tamanini em seu volumoso livro *Brasília – Memória da construção*, cabe-nos remontar todos os antecedentes políticos e históricos que precederam ao sonho de Dom Bosco e que não estão contidos no primoroso trabalho do historiador.

Os primeiros movimentos nativistas pela transferência da capital, do litoral para o interior brasileiro, foram iniciados na então província colonial das Minas Gerais, pelo herói da nacionalidade, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes: pretendia ele que a nova capital fosse sediada em São João del Rey. Contudo, o mérito da escolha do Planalto Central Brasileiro como local ideal para futura transferência deve-se tributar ao cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina, que, em 1749, elaborou a Carta de Goiás e das Capitanias Próximas, sugerindo a mudança da capital do litoral para essa região.

Após a repressão a Tiradentes e seus companheiros, o ideal mudancista é retomado duas décadas depois por Hipólito José Costa, que editou e fundou, no seu exílio, em Londres, o jornal *Correio Braziliense*.

Em 1823, José Bonifácio encaminha à Assembléia Geral Constituinte do Império um memorial no qual indica a região de Paracatu, Minas Gerais, como ideal para construção da nova capital, sugerindo mesmo o nome de Brasília.

Um ano depois, nos autos da Revolução Pernambucana (Confederação do Equador) é sugerida a transferência, mas só em 1831, por iniciativa do deputado paraense João de Deus e Silva é encaminhada a primeira proposição em forma de

¹ Diretor de Patrimônio Histórico e Artístico do DF e Membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF.

projeto legislativo para a "escolha de um ponto central do país para a edificação da futura capital".

Por vinte anos, a luta mudancista esmaece no Poder Legislativo, até que, em 1852, o senador piauiense Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, apresenta um projeto de lei que autoriza o levantamento de um terreno, nas latitudes entre 10 e 15 graus, para servir de território destinado à localização da futura "Capital do Brasil" entre os rios São Francisco, Maranhão e Tocantins.

No ano seguinte, o senador João Lustosa da Cunha Paranaguá, o segundo Marquês de Paranaguá, apresenta um projeto legislativo transferindo a capital do Rio de Janeiro para Monte Alto, no interior da Bahia.

De 1853 a 1889, a mudança da Capital, do litoral para o interior brasileiro, desaparece das discussões parlamentares, aparecendo, apenas, nas discussões e comícios dos clubes republicanos.

Na República

Com a derrubada de Dom Pedro II e a instalação do regime republicano, as lideranças positivistas fazem constar, nas primeiras discussões nas comissões da Constituição Provisória, a determinação da transferência da capital da nascente república.

O primeiro constituinte a se manifestar em plenário, em defesa da mudança, ironicamente, foi o deputado Thomaz Delfino, do Rio de Janeiro, destacando-se, ainda, nas sessões plenárias o senador baiano Virgílio Damásio e o deputado paraibano Pedro Américo, o pintor. Coube ao senador baiano Virgílio Damásio o mérito de ter a iniciativa pioneira de apresentar à Comissão dos 21 (que examinava o anteprojeto constitucional) uma emenda propondo a transferência da capital. A Comissão dos 21 não aprovou a emenda do senador Virgílio Damásio e ele a reapresentou em plenário, propondo até que a nova capital se chamasse "Tiradentes".

A emenda que originou o artigo 3º da Constituição de 1891, apresentada pelo deputado catarinense Lauro Muller e subscrita por noventa parlamentares, dentre os quais cinco goianos – os senadores Antônio Amaro da Silva Canêdo e Antônio da Silva Paranhos, e os deputados Joaquim Xavier Guimarães Natal, Sebastião Fleury Curado e José Leopoldo de Bulhões Jardim – teve talvez a mais breve de todas as defesas em plenário: Lauro Muller falou apenas um minuto, deixando como justificativa de um terço dos constituintes, o documento elaborado pelo historiador e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, em 1877, e entregue ao ministro da Agricultura do Império. Nesse documento, Varnhagen, além de justificar a conveniência da mudança da capital para o Planalto Central Brasileiro, indicava a posição que julgava ideal, situada entre Planaltina, hoje no Distrito Federal, e os municípios goianos de Formosa e Água Fria.

Aprovada e promulgada a Primeira Constituição Republicana, o seu Artigo 3º dispunha: "Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será, oportunamente, demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal".

Mudancistas

Por uma questão de justiça histórica, desde a primeira constituição republicana, os militares brasileiros – no que trata da observância à Constituição, em relação à mudança da capital federal – sempre emprestaram todo apoio à mudança. Floriano Peixoto nomeou Luís Cruls e a comissão que demarcou e delimitou o quadrilátero de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central.

Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil, fez o inverso, desrespeitou o primado constitucional e sabotou orçamentária e administrativamente Luís Cruls, para que ele não concluísse a segunda fase do trabalho. Iniciava-se a Primeira República e a hegemonia do Café-com-Leite, e nem os políticos de Minas Gerais e de São Paulo queriam a mudança.

O único lugar do País onde a chama mudancista se mantinha viva era na então Santa Luzia, hoje Luziânia, em Goiás, sob a liderança agregadora de Evangelino Meireles. Passaram, então, a formular ações políticas para reavivar o movimento e Americano do Brasil, recém-eleito deputado federal, apresenta um anteprojeto de lei que determinava a edificação no Planalto Central de um marco onde seria edificada a nova Capital do Brasil. O projeto foi aprovado e, no dia 7 de setembro de 1922, foi inaugurado o marco em Planaltina como comemoração do Centenário da Independência.

Como ações complementares, além da edição de jornais, Gelmires Reis, então intendente municipal de Santa Luzia, fez um loteamento denominado Planaltópolis e distribuiu, em escritórios nas principais cidades brasileiras, "lotes para quem quiser morar onde será edificada a futura Capital Federal".

Novamente, o movimento mudancista entra em declínio na frente parlamentar e, a partir de 1930, o grupo de Santa Luzia muda de tática e empresta o seu apoio à mudança da nova capital do Estado de Goiás. O deputado estadual Sebastião Machado, eleito por Santa Luzia, integra-se no bloco mudancista que apóia Pedro Ludovico, e Germano Roriz muda-se para a capital goiana em construção. Foi o primeiro funcionário público federal de Goiânia, a primeira família da nascente cidade, e, ainda, seu filho Goiany Segismundo Roriz foi a primeira criança a nascer e a ser registrada e batizada na nova capital do Estado de Goiás. Goiânia é, então, colocada pelo grupo de Santa Luzia como alternativa para sediar a capital federal, a cumprir o dispositivo constitucional.

Vem a Ditadura do Estado Novo e Getúlio Vargas manda retirar da Polaca o artigo 3º que vinha desde a primeira constituição republicana de 1891. Com a democratização em 1946, morava no Rio de Janeiro o advogado Segismundo de Araújo Mello – do grupo de Santa Luzia – que passa a desenvolver, juntamente com o deputado goiano Diógenes Magalhães, um trabalho de articulação política para reinserção do artigo 3º da Constituição de 1891, na Assembléia Nacional Constituinte.

Promulgada a Constituição e eleito o presidente da República, marechal Eurico Gaspar Dutra, cumpriu-se o primado constitucional: foi criada uma comissão presidida pelo general Djalma Polli Coelho, para promover os estudos para a escolha do local a ser edificada a nova capital.

Inicia-se aí a luta entre os goianos – representados, na Comissão Polli Coelho, por Jerônimo Coimbra Bueno, o empreiteiro construtor de Goiânia – e mineiros, capitaneados na comissão por Lucas Lopes e, na Câmara dos Deputados, pelos constituintes mineiros Juscelino Kubitschek de Oliveira e Israel Pinheiro. Os mineiros pretendiam localizar a nova capital no Triângulo Mineiro, nas proximidades do Delta do Rio Paranaíba, e o general Polli Coelho e Coimbra Bueno, no quadrilátero delimitado por Luís Cruls, em 1892, no Planalto Central. Por um voto de vantagem, a Comissão Polli Coelho delibera que os estudos de Luís Cruls e seus companheiros eram cientificamente corretos, aconselhando o presidente Eurico Dutra a transferir a capital federal para o Quadrilátero Cruls.

Com a eleição de Getúlio Vargas, passa a ser o chefe do seu gabinete militar o general Agnaldo Caiado de Castro. Vargas o nomeia para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. O general Caiado de Castro contrata, então, a

empresa americana Donald Belcher para fazer os mapas do levantamento aerofotogramétrico do Quadrilátero Cruls, realizado pela empresa Cruzeiro do Sul, a fim de que fosse demarcado o local para a edificação da capital federal.

Getúlio Vargas suicida-se e Café Filho, seu vice-presidente, ocupa a Presidência da República e nomeia, para substituir o general Agnaldo Caiado de Castro, o marechal José Pessoa. Este, acompanhado do seu ajudante-de-ordens, capitão Ernesto Silva, vem ao Planalto Central no dia 5 de fevereiro de 1955 e escolhe o Sítio Castanho. O marechal Pessoa volta ao Rio de Janeiro e pede ao presidente Café Filho a edição de um decreto desapropriando as terras e considerando-as de utilidade pública para a edificação da nova capital.

Café Filho que era da União Democrática Nacional (UDN), contrária à transferência, nega-se a baixar o decreto. O marechal José Pessoa embarca em um avião da Força Aérea Brasileira no Rio de Janeiro, no dia 29 de abril de 1955, em direção a Goiânia, para falar com o governador José Ludovico de Almeida e expor-lhe o impasse. José Ludovico de Almeida recebe, em audiência, o marechal e o capitão Ernesto Silva e é sensibilizado para que o Estado de Goiás tomasse a iniciativa, caso contrário a Constituição não seria cumprida e a capital não seria transferida.

O governador Juca Ludovico chama Segismundo de Araújo Mello, Jorge de Moraes Jardim e outros assessores, que passam a elaborar o decreto que romperia o impasse.

Embora tivesse minoria na Assembléia Legislativa de Goiás, e a mensagem legislativa tivesse de passar por três votações, Juca Ludovico a envia e consegue sua aprovação. Por cautela, a fim de evitar qualquer querela jurídica, o decreto foi assinado no dia 1º de maio de 1955, mas com a data de 30 de abril. Altamiro de Moura Pacheco é nomeado presidente da Comissão de Cooperação da Mudança da Capital Federal que iria promover as compras e as desapropriações e Segismundo de Araújo Mello, consultor jurídico.

Os goianos capitaneados por Juca Ludovico fazem a história avançar, e passam a preparar as condições objetivas, 26 dias antes de Juscelino Kubitschek ser interpelado por Antônio Soares Neto, conhecido por *Toniquinho*, no seu primeiro comício de campanha em Jataí, sobre "se cumpriria a Constituição e transferiria a capital para o Planalto".

O sonho

Segundo Tamanini, mesmo tendo Juscelino Kubitschek enviado a Mensagem de Anápolis, em 19 de abril de 1956, criando a Novacap e deslançando o processo de construção de Brasília, os goianos agitaram-se, preocupados. Sabiam que o projeto de lei criando a Novacap definia, no planalto de Goiás, o local da nova capital. Mas conheciam, por outro lado, o poder de fogo dos mineiros e temiam que, à última hora, conseguissem aprovar, na Câmara, uma emenda ao projeto, mandando construir Brasília em Minas Gerais, às margens do Paranaíba, na região de Tupaciguara, como sempre quisera Israel Pinheiro.

Segundo ainda Tamanini, os goianos sabedores de que Juscelino e Israel Pinheiro iriam à Exposição de Gado de Uberaba reuniram-se com prefeitos e lideranças políticas, "armaram uma pequena operação de guerra": havia em Uberaba, naquele tempo, um único jornal, *Lavoura e Comércio*, e uma única emissora de rádio. Ambos pertenciam a Quintiliano Jardim, amigo de Juca Ludovico, governador de Goiás. Juca comunicou-se com Quintiliano e comprou todo o espaço do jornal e todo o tempo da emissora para o dia 29 de maio de 1956, data em que Juscelino estaria na cidade. Os meios de comunicação foram assim neutralizados.

Ao mesmo tempo, Venerando de Freitas Borges (primeiro prefeito de Goiânia) encarregou-se de curiosa missão, como adiante se verá. Seguiu cedo, no dia 3 de maio para Uberaba na comitiva do governador Ludovico.

Na cidade mineira, Israel se hospeda no Grande Hotel, mas Juscelino aceitara ficar na residência do Prefeito, que se chamava João e era por todos conhecido como João Prefeito. Tamanini continua:

Nesse meio tempo, Venerando Borges se dirigira ao Grande Hotel e ali aguardava, no hall de entrada, que Israel Pinheiro aparecesse. Trazia consigo um livrinho, uma brochura, cujo título era *A nova capital do Brasil – estudos e conclusões*. Esse livro fora preparado, algum tempo antes, por determinação do governador Ludovico, e reunia os pronunciamentos das mais diversas personalidades brasileiras, acordes, todas, em que a localização da futura capital só poderia ser no Planalto Goiano. Encarregado de reunir, de compilar todo esse material e com ele produzir o livro, Segismundo de Araújo Mello lembrou-se de incluir na coletânea, como peça de abertura, o sonho-visão de Dom Bosco.

Tamanini avança em seu relato:

Era do conhecimento de todos a devoção de Israel a Dom Bosco, o que se confirmaria mais tarde, quando determinou que a primeira edificação de Brasília fosse uma capelinha (a Ermida) dedicada àquele santo. Tinha-se por isso, a certeza de que, assim que Israel viesse a saber que Dom Bosco antevira o surgimento de Brasília no Planalto Goiano e não em Minas, deixaria de lado a teimosia e passaria a apoiar a solução goiana. Como fazer chegar, entretanto, às mãos de Israel, sem o carimbo de endereço certo, o providencial livrinho?

Atento, o prefeito de Goiânia, quando Israel apareceu no hotel, entrou com ele no elevador, como se fosse um outro hóspede qualquer, segurando o livrinho junto ao peito de tal modo que Israel pudesse ler o título, *A nova capital do Brasil*. Quando Israel viu o livro, não se conteve e pediu:

– Ô, moço, você podia me emprestar esse livro?

Venerando Borges ofereceu o livro a Israel:

– Doutor Israel, eu tenho outro exemplar, pode ficar com este.

Selava-se, naquele momento, com a entrega do livro, a rendição do último baluarte de resistência, e os goianos puderam respirar aliviados e voltar para casa.

A tradução

Tamanini afirma que o primeiro a mencionar o "sonho de Dom Bosco" foi Monteiro Lobato em 1935, no *Diário de São Paulo*, em um texto intitulado "Até os santos afirmam que há petróleo no Brasil".

Muitos anos depois, quando Juca Ludovico deu a incumbência a Segismundo de Mello para preparar o livrinho entregue a Israel Pinheiro por Venerando de Freitas Borges, ele procurou Alfredo Nasser para se inteirar de um artigo que ele fizera em defesa da transferência da capital, citando o sonho de Dom Bosco. O ex-senador Alfredo Nasser não se lembrou do artigo e nem da fonte.

Segue o relato de Tamanini:

Recorreu Segismundo ao seu cunhado Germano Roriz, grande amigo dos salesianos, e por intermédio dele obteve do padre Cleto Calimam, daquela congregação e diretor do Ginásio Anchieta, de Silvânia, uma cópia do sonho, com sua tradução para o português.

Ao ler a tradução, Segismundo se decepcionou um pouco. O que havia no sonho, que talvez dissesse respeito à construção da capital no Planalto, resumia-se a um trecho não muito explícito: "Entre os graus 15 e 20, aí havia uma enseada bastante extensa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Nesse momento disse uma voz repetidamente: 'Quando se vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível'".

Conta padre Cleto Calimam – entrevistado por Tamanini em 1982 – que Segismundo Melo, depois de ler, lhe perguntou: "Padre Cleto, aqui não está bem

sintetizado o problema da futura capital. Dom Bosco se refere a riquezas incalculáveis e à formação de um lago. O senhor poderia dar um jeito para que a visão tivesse mais um sentido de cidade, de civilização?" Segundo o sacerdote, sua resposta foi a de que talvez pudesse fazer alguma coisa, mas correriam por conta e risco de Segismundo as consequências. Antes da impressão do livro, Segismundo teve tempo de refletir e decidiu que o texto seria reproduzido de acordo com o original, a fim de resistir a qualquer confronto; mas o livrinho publicaria uma foto de Dom Bosco e, na legenda, então se diria algo mais.

E assim foi feito. Na legenda, se escreveu, conforme ficou dito: "São João Bosco, que profetizou uma civilização, no interior do Brasil, de impressionar o mundo, à altura do paralelo 15º, onde se localizará a nova Capital Federal".

E Lourenço Tamanini conclui:

Essa expressão, "uma civilização de impressionar o mundo", que não consta do sonho nem foi usada por Dom Bosco hora nenhuma, acabou por se transformar na síntese oficial do sonho-visão, a ela se reportando, expressamente, com pequenas variações, todos quanto ao sonho já se referiram, ligando-o à construção de Brasília.

Tamanini com seu livro traz uma contribuição inestimável à história, e coloca, no prosaíco, atores sociais que merecem destaque como José Ludovico de Almeida, Germano Roriz, Segismundo de Mello, José Peixoto da Silveira, Venerando de Freitas Borges, o marechal José Pessoa, Ernesto Silva, Israel Pinheiro e o condutor de sonhos, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Dos goianos já se disse que são mineiros que fugiram para o mato, mas neste episódio singular de engenharia política fica um axioma pedagógico: maior é o mestre que ensina aos seus alunos tudo o que sabe sem ter o medo de ser superado. Os mineiros têm há priscas eras a fama de mestres em política, mas, nessa, os goianos colaram grau como doutores.

A ditadura civil e militar de 1964 utilizou a Operação Dom Bosco para fazer esquecer a decisão política e administrativa do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira de construir Brasília, cantilena que até hoje persiste nas bocas de pseudohistoriadores e governantes, parlamentares e os mais variados seguimentos culturais, repetindo que a capital da República e a luta do povo brasileiro para a interiorização da capital federal deve-se ao sonho do educador italiano.